

Legislativo

66

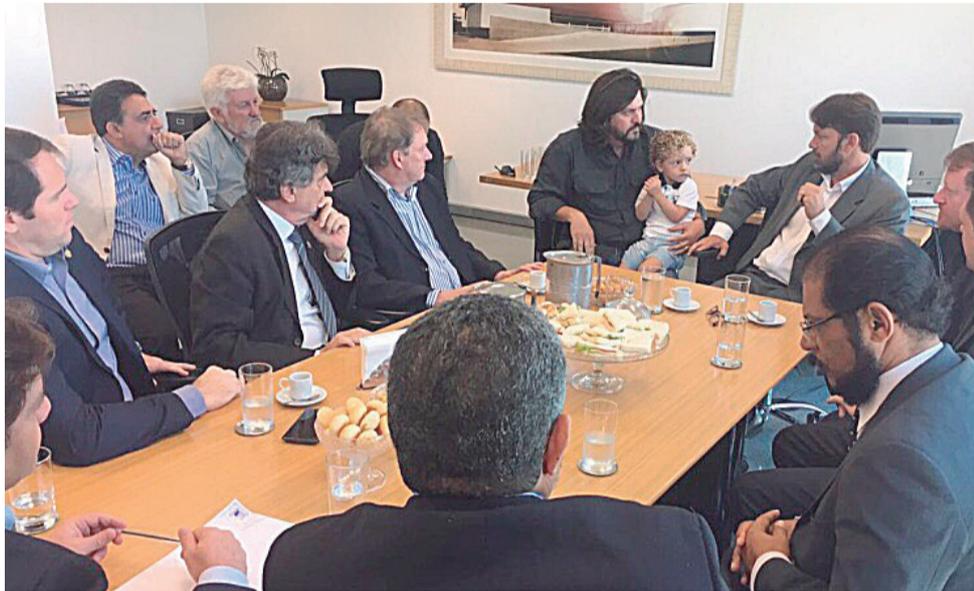
“Sob o pretexto de se acabar com a corrupção, o pior e mais corrupto Congresso Nacional da história do Brasil lançou a nação em um tempo de obscuridade e retrocesso em todos os campos: econômico, político, social e, pior ainda, institucional. Viramos uma terra de ninguém onde o Poder Judiciário é, ao contrário do que deveria ser, um dos instrumentos de arbítrio que nos roubou a esperança e promete, entre outras coisas, nos obrigar a trabalhar até morrer.”

Chico Vigilante (PT)
Deputado Distrital

Campanha do Ministério Público

O Ministério Público do DF iniciou uma campanha sobre orçamento, com objetivo de ampliar o conhecimento da população sobre o assunto, mostrando como é feita a elaboração e a execução. Sobre o lançamento da campanha, o deputado Agaciel Maia, presidente da Comissão de Or-

çamento e Finanças (Ceof) da Câmara Legislativa declarou que “é importante as pessoas saberem como podem participar desse processo e como podem trabalhar para inserir as sugestões para suas cidades e bairros na proposta da Lei Orçamentária, que é votada no final de cada ano”.



Deputados se posicionam com policiais

“Nós estamos do lado da polícia e do lado da segurança e não deixaremos esse debate”, disse o presidente da Câmara Legislativa, deputado Joe Valle (PDT), a agentes da PCDF, durante encontro em que ouviu da categoria petições e reclamações sobre a paridade salarial com a Polícia Federal. Ao seu lado estava o deputado distrital Cláudio Abrantes (Rede), policial civil e representante da classe na CLDF, que emendou: “Não estamos brigando por algo além do que é nosso direito. Falta vontade política do governo para fazer (o reajuste salarial)”.

Distritais se posicionam com policiais

“Nós estamos do lado da polícia e do lado da segurança e não deixaremos esse debate”, disse o presidente da Câmara Legislativa, deputado Joe Valle (PDT), a agentes da PCDF, durante encontro em que ouviu da categoria petições e reclamações sobre a paridade salarial com a Polícia Federal. Ao seu lado estava o deputado distrital Cláudio Abrantes (Rede), policial civil e representante da classe na CLDF, que emendou: “Não estamos brigando por algo além do que é nosso direito. Falta vontade política do governo para fazer (o reajuste salarial)”.



■ Um problema de difícil solução

■ A CLDF ouviu do secretário de Segurança Pública e Paz Social do GDF, Edval de Oliveira Novaes Júnior que “a segurança pública é um assunto muito complexo, que envolve muito mais do que a polícia”, e exemplificou as áreas de educação, emprego e geração de renda. “Geralmente, nos países mais seguros, não se vê tanto policiamento”, afirmou. Presentes estavam os deputados Wellington Luiz (PMDB) e Cláudio Abrantes (Rede), oriundos da Polícia Civil.

Movimento LGBT faz cobrança a distritais

Ativistas do movimento LGBT cobraram a regulamentação da Lei 2.615/2000, que estabelece punições a pessoas, estabelecimentos e órgãos públicos do DF que cometerem ou forem coniventes com a prática de discriminação em decorrência da orientação sexual. Há 17 anos o movimento aguarda a regulamentação da matéria pelo Executivo local. O assunto foi um dos temas da audiência pública, mediada pelo deputado Ricardo Vale (PT), que debateu as políticas públicas do movimento social LGBT no plenário da CLDF.



Movimento LGBT faz cobrança a distritais 2

Durante a audiência pública, a ex-deputada Maninha, uma das autoras da matéria, expressou a indignação do movimento pela demora na regulamentação: “Esta lei garante direitos iguais” e pune a homofobia. Para Maninha, a sociedade está vivenciando uma “involução”, em que imperam “o conservadorismo, a intolerância e a interferência do poder das igrejas no direito à sociedade laica”.